

Prefácio

Celso Amorim

Como citar: AMORIM, C. Prefácio. *In* : THOMAZ, L. F.; MATHIAS, S. K.; OLIVEIRA, M. F. D. (org.). **Diálogos sul-americanos** : 10 anos da política exterior. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015. p.7-10. DOI: <https://doi.org/10.36311/2015.978-85-7983-594-0.p7-10>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-No comercial-Sin derivados 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

PREFÁCIO

Na primeira década do século XXI, os países da América do Sul deram impulso a um vigoroso projeto que tem por objetivo transformar sua região em um dos centros de um mundo multipolar. Diálogos sul-americanos: 10 anos da política exterior, organizado por Laís Forti Thomaz, Suzeley Kalil Mathias e Marcelo Fernandes de Oliveira, faz um balanço oportuno e estimulante dos desafios enfrentados até aqui e das perspectivas para o futuro.

Os textos desta coletânea rica e plural dão uma importante contribuição para o estudo do processo pelo qual a América do Sul deixou, desde a virada do milênio, de ser um mero conceito cartográfico para tornar-se uma realidade política.

Em comparação com os esforços pela integração latino-americana, que, como se sabe, remontam aos meados do século XX, a integração da América do Sul é um objetivo estipulado em época mais recente. Com a transformação da realidade mundial após o fim da Guerra Fria, a necessidade de integrar a América do Sul como passo prévio para a consecução da união mais ampla da América Latina e do Caribe tornou-se bastante nítida.

Em 1993, a ideia de um espaço sul-americano tomou forma com a proposta de uma Área de Livre Comércio Sul-americana, a ALCSA, feita pelo Presidente Itamar Franco, em uma reunião do Grupo do Rio em Santiago do Chile. A reação à iniciativa foi, naquele momento, tépida,

uma vez que, em nossa vizinhança, os projetos de integração hemisférica recebiam grande atenção. Em 1994, essa alternativa condensou-se com o lançamento das negociações para a Área de Livre-Comércio das Américas, a ALCA.

A integração sul-americana e a integração hemisférica eram projetos visivelmente distintos. A ALCA, nos termos em que foi concebida, subordinaria toda a América do Sul à hegemonia econômica – e consequentemente política – dos Estados Unidos. Uma parte do apoio recebido pela ALCA entre as elites governamentais na década de 1990 devia-se à possibilidade de que a assinatura de um tratado comercial hemisférico permitiria aos países interessados blindar [lock in] suas políticas macroeconômicas de índole liberal contra pressões sociais ou neodesenvolvimentistas.

A perspectiva de um projeto baseado na liberalização econômica e na conformação da hegemonia política era claramente contrária às aspirações dos povos sul-americanos por sociedade mais justas e prósperas. A partir da década de 2000, essas aspirações se expressariam pela vitória nas urnas, em quase toda a região, de governos progressistas.

O projeto de um espaço econômico e político sul-americano rejeita qualquer formulação hegemônica e tem como ponto de partida a construção efetivamente coletiva de uma agenda integradora. Seu objetivo é reforçar a soberania e o desenvolvimento dos países sul-americanos, tornando a América do Sul ator em um mundo crescentemente multipolar e organizado ao redor de grandes blocos econômicos e políticos.

No ano 2000, o projeto sul-americano registrou avanço com a primeira cúpula de Chefes de Estado da América do Sul, que reuniu em Brasília os doze presidentes de nossa região. A iniciativa de integração da infraestrutura sul-americana, conhecida como IIRSA, resultou daquele encontro. Esse plano de integração logística se tornaria, mais tarde, após algumas revisões e ajustes, o Conselho de Infraestrutura da UNASUL.

A ascensão de governos populares na região emprestou grande ímpeto à causa da integração sul-americana. Quando assumiu o governo em janeiro de 2003, o Presidente Lula definiu como prioridades de sua política externa o fortalecimento do Mercosul e a retomada do projeto da

América do Sul. Esses dois projetos deviam ser conduzidos em velocidades diferentes, mas eram orientados pelo mesmo objetivo.

Já em outubro de 2004, o Mercosul concluiu um Acordo-Quadro com a Comunidade Andina de Nações, a CAN, no âmbito da Associação Latino-americana de Integração, a ALADI. Recordo-me bem das palavras da Chanceler colombiana, Carolina Barco, na ocasião: “com o acordo que hoje firmamos, estamos, na prática, criando uma área de livre comércio na América do Sul”.

De fato, a integração comercial e logística da América do Sul ia se tornando realidade em pouco tempo. Mas faltava à integração uma dimensão política. Em dezembro do mesmo ano de 2004, foi lançada, em Cusco, a Comunidade Sul-Americana de Nações, CASA, como foro de diálogo político dos doze países da região. Em maio de 2008, depois de longas negociações, com forte envolvimento presidencial, a CASA foi substituída pela União de Nações Sul-americanas, um organismo com institucionalidade jurídica plena.

O Tratado de Brasília, que funda a UNASUL, é um marco histórico, o primeiro tratado geral, de cunho político e econômico, entre os doze países sul-americanos. Tínhamos firmado, antes, tratados e acordos em nível hemisférico. Em décadas recentes, havíamos avançado em nível sub-regional. Mas a América do Sul permanecia desunida.

Com a UNASUL, os países sul-americanos puderam elencar suas próprias prioridades para a integração: a justiça social, o desenvolvimento econômico e a afirmação soberana. Pela UNASUL, a América do Sul deixou de ser mero objeto da História para tornar-se parte ativa de sua construção. Isso ficou evidente pelo bem sucedido papel de mediação que desempenhou, em meados de 2008, a convite do governo boliviano, na crise institucional por que passava a Bolívia. Pouco depois, o Secretário Geral da UNASUL, o saudoso Néstor Kirchner, teria papel importante na reaproximação entre outros dois países irmãos: Colômbia e Venezuela.

Em dezembro de 2008, os países membros da UNASUL acertaram a criação de um Conselho de Defesa Sul-americano. O CDS estimula a transparência na área de defesa e é um instrumento vital para a criação de confiança entre as forças armadas da região. Seu objetivo é o desenvolvimen-

to de uma identidade de defesa entre os países sul-americanos, com vistas à conformação de uma comunidade de paz e segurança na América do Sul.

Ao espalhar-se para a área da defesa, a integração sul-americana deu uma nova e importante prova de seu vigor. Avanços como esse demonstram a crescente capacidade dos Estados da América do Sul de definir sua própria agenda externa. Este é também um auspicioso sinal da emergência de um mundo multipolar, no qual nossos países dispõem de maiores margens de liberdade para realizar seus programas de desenvolvimento e para definir sua inserção internacional.

O progresso da causa da América do Sul não será completo, porém, sem uma união de esforços de professores e estudiosos de toda a região, com o propósito de conhecer nossa realidade, nossos desafios e nossas potencialidades. É esta uma das louváveis contribuições desta coletânea, que apresenta um aporte de alto nível para o estudo da marcha da integração sul-americana.

Celso Amorim

Brasília, 19 de janeiro de 2014